

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Os itens desta prova deverão ser resolvidos exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

Acerca da estrutura e do planejamento estratégico da ANA, julgue os itens subsecutivos.

- 1 O objetivo estratégico de fomentar a cultura de segurança de barragens por meio da regulação, da coordenação e da articulação junto aos demais fiscalizadores vincula-se à dimensão de processos internos do planejamento estratégico 2023-2026 da ANA.
- 2 Diferentemente da Assessoria Especial Internacional, que é unidade de suporte à representação, a Assessoria Especial de Governança e a Assessoria Especial de Qualidade Regulatória são unidades de suporte à gestão.

Julgue os itens subsequentes, a respeito das principais características técnico-legais das agências reguladoras federais.

- 3 No setor de saneamento básico, a regulação técnica lida com monopólios naturais, estabelecendo tarifas justas e controlando a atuação da empresa para evitar abusos, a fim de equilibrar os custos de infraestrutura com a manutenção de tarifas acessíveis.
- 4 A Lei n.º 13.848/2019 aborda a prestação de contas e o controle social, e estabelece a necessidade de relatórios anuais, de planos estratégicos e de interação com órgãos de defesa da concorrência e do consumidor.
- 5 A avaliação de impacto regulatório examina os efeitos reais de um ato normativo, comparando-os com os resultados esperados sem a intervenção, por meio de técnicas estatísticas aplicadas para estimar esse cenário hipotético.

Considerando aspectos de direito administrativo e direito constitucional aplicáveis às áreas de atuação da ANA, julgue os itens a seguir.

- 6 A ANA é uma agência reguladora vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, cuja missão institucional é contribuir para o atingimento dos objetivos da Política de Saneamento Básico.
- 7 Denominam-se serviços públicos impróprios aqueles que o Estado assume como seus, executando-os indiretamente por meio de concessionárias e permissionárias.
- 8 A concessão patrocinada e a concessão administrativa são formas de gestão dos serviços públicos englobadas sob o título de parcerias público-privadas.

Acerca de aspectos relativos à administração pública federal, julgue os itens a seguir.

- 9 O intento público é pressuposto fundamental do conceito de política pública, sem o qual não há o conhecimento coletivo do problema a ser enfrentado, o que pode levar à inércia governamental.
- 10 A desconcentração administrativa corresponde à divisão de funções entre vários órgãos com patrimônio próprio, no âmbito da mesma administração, em que há perda de hierarquia, podendo ocorrer em razão da matéria ou da área geográfica de atuação.

Acerca da ética e da integridade no âmbito da ANA, julgue os itens subsequentes.

- 11 Estão sujeitos ao poder disciplinar da ANA os agentes políticos e vitalícios, os militares, os particulares em colaboração com o poder público, os agentes temporários e os terceirizados.
- 12 No contexto das funções permanentes de integridade da ANA, compete à ouvidoria a implementação de canais eficazes para recepção e habilitação preliminar de manifestações dos cidadãos.
- 13 A sindicância patrimonial é um procedimento correicional investigativo de cunho preparatório, não contraditório e não punitivo, de acesso restrito, voltado à avaliação de indícios de enriquecimento ilícito, a exemplo da evolução patrimonial incompatível com os recursos do servidor.

No que se refere à gestão de recursos hídricos, julgue os itens a seguir.

- 14 A adoção da bacia hidrográfica, que pode ser de domínio federal ou estadual, como unidade territorial de planejamento e gestão resultou em uma redução significativa da complexidade do processo de gestão integrada e descentralizada de recursos hídricos.
- 15 No contexto dos estágios da gestão de recursos hídricos, são exemplos de marcos importantes o inventário dos recursos hídricos no período de 1935 a 1960, e a deterioração da qualidade da água dos rios no período de 1960 a 1970, ocasionada pelo aumento da produção industrial e da concentração urbana.

Acerca do monitoramento hidrológico, julgue os itens seguintes.

- 16 Uma vez coletado um conjunto de pares de dados de cota e vazão abrangendo períodos do ano mais secos e mais úmidos, a curva-chave é estabelecida por meio do ajuste de dois parâmetros de uma equação que relaciona vazão e cota.
- 17 A precisão das medições de vazão exerce influência limitada sobre a qualidade do processo decisório na área de recursos hídricos e saneamento ambiental.
- 18 Enquanto o nível de água de um rio pode ser medido diretamente, a vazão líquida do rio é medida indiretamente a partir de uma grandeza típica, como o próprio nível de água, que tem relação funcional com a vazão.
- 19 Enquanto os pluviômetros são utilizados para fazer o registro contínuo de chuvas de pequena duração, os pluviógrafos são utilizados para medir o total precipitado nas últimas 24 horas.
- 20 Para caracterizar adequadamente a variabilidade espacial da precipitação em uma bacia hidrográfica, é necessário um conjunto de estações pluviométricas.

Em relação ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), julgue os itens subsequentes.

- 21 Os dados de usos da água outorgados e regularizados estão reunidos no Sistema Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH), e as declarações de uso da água enviadas anualmente por usuários de água estão reunidas nos sistemas DAURH e Declara Água.
- 22 Tabelas espaciais e planos de informação geográfica são organizados em formato vetorial pela topologia da rede hidrográfica, que é desconsiderada na Base Hidrográfica Ottocodificada.
- 23 A implantação e a padronização do Portal da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais sobre Recursos Hídricos (INDE-RH) constituem ações de curto prazo do SNIRH no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040.

No que concerne aos tipos e níveis do Plano de Recursos Hídricos (PRH), julgue os itens que se seguem.

- 24 Nas bacias interestaduais que não contem com comitê de bacia hidrográfica (CBH) instalado, a competência para aprovar o documento final do plano de recursos hídricos é da ANA.
- 25 Na articulação entre os diferentes níveis de planejamento, o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) caracteriza-se por seu perfil executivo e operacional.
- 26 Os comitês de bacias hidrográficas (CBH) têm a responsabilidade de decidir pela elaboração dos planos, de acompanhar o seu desenvolvimento e de aprovar o documento final.

Julgue os itens subsequentes com relação às etapas de diagnóstico e de prognóstico do planejamento de recursos hídricos.

- 27 Na etapa de prognóstico, os cenários que consideram os efeitos das mudanças climáticas apontam para uma intensificação do ciclo hidrológico, o que tende a resultar em elevação da evapotranspiração e aumento da frequência de inundações e secas.
- 28 A disponibilidade hídrica superficial de uma bacia, avaliada na etapa de diagnóstico, pode ser potencializada pela construção de reservatórios artificiais, infraestruturas que permitem o armazenamento de água nos períodos úmidos para posterior liberação nos períodos de estiagem.
- 29 O balanço hídrico quantitativo, ferramenta utilizada para identificar o nível de comprometimento dos rios, visa identificar o grau de desequilíbrio entre a demanda e a oferta hídricas, cuja razão pode ser apresentada em termos de percentuais de comprometimento.

A respeito do enquadramento de corpos d'água conforme as diretrizes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), julgue os itens subsequentes.

- 30 A definição da meta viável ocorre na etapa de alternativas de enquadramento e deve estar vinculada a um programa de efetivação do enquadramento (PEE).
- 31 Cabe ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) propor o enquadramento de rios de domínio da União e realizar a respectiva aprovação final.
- 32 O enquadramento diferencia-se da simples classificação por ser um instrumento de planejamento que estabelece metas de qualidade dos corpos d'água, para assegurar usos mais exigentes e reduzir custos de combate à poluição.

Julgue os itens a seguir, relativos à cobrança pelo uso da água.

- 33 Enquanto os comitês de bacias hidrográficas estabelecem critérios gerais para a cobrança pelo uso da água, os conselhos de recursos hídricos aprovam o plano de recursos hídricos.
- 34 A cobrança pelo uso da água tem como característica a inexistência da prestação de um serviço.

Acerca dos colegiados e dos comitês de bacia hidrográfica, julgue os itens seguintes.

- 35 A gestão de recursos hídricos por um distrito de irrigação é um modelo organizacional alternativo à criação de comitês de bacia hidrográfica.
- 36 Dentre os 25 representantes do governo federal no Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), dois deles devem representar este conselho em suas manifestações.
- 37 Na formação e no funcionamento dos comitês de bacia hidrográfica (CBHs), deve haver, no mínimo, 20% de participação da sociedade civil e, no máximo, 40% de membros do poder público e 40% dos setores usuários de água, com distribuição conforme especificidades de cada CBH.
- 38 O Acre é a única unidade da Federação que, em vez de um conselho de recursos hídricos, possui o Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta para o exercício da mesma função.
- 39 O plenário e as câmaras técnicas (CTs) poderão instituir, no máximo, cinco grupos de trabalho em operação simultânea em cada CT, temporários e com duração não superior a um ano.

A respeito do papel e da operação das agências de água e das entidades delegatárias, julgue os itens seguintes.

- 40 As entidades delegatárias, ao assumirem as funções de agência de água via contrato de gestão, passam a efetuar a cobrança pelo uso de recursos hídricos junto aos usuários.
- 41 Configuram-se como requisitos para a criação de uma agência de água a existência prévia de CBH e a viabilidade financeira, garantida pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.

No que tange à gestão dos programas e dos projetos de recursos hídricos e de saneamento básico da ANA, julgue os itens que se seguem.

- 42 O Produtor de Água é considerado um programa de revitalização de bacias da ANA, com previsão de ações de conservação de solo e recomposição florestal em bacias hidrográficas de importância estratégica para o país, podendo oferecer compensação financeira aos produtores rurais certificados como produtores de água, pelo serviço ambiental prestado.
- 43 Podem participar do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas os empreendimentos destinados ao tratamento de esgotos cujos recursos para implantação da estação estejam assegurados e não sejam recursos não onerosos do orçamento geral da União.

No que se refere ao gerenciamento integrado de recursos hídricos (GIRH) e às estratégias da ANA, julgue os próximos itens.

- 44** O programa Progestão funciona mediante repasses financeiros aos estados e ao Distrito Federal, prescindindo do cumprimento de metas de cooperação ou da certificação destas pelos conselhos estaduais de recursos hídricos (CERH).
- 45** Os convênios de integração, ou pactos de gestão, representaram a estratégia inicial da ANA para a articulação federativa; contudo, sua consolidação enfrentou obstáculos como a descontinuidade administrativa e a fragilidade institucional de órgãos gestores estaduais.
- 46** O mapa de gestão foi uma ferramenta de planejamento para áreas prioritárias que, embora não tenha avançado para a fase de implementação como previsto, serviu de base conceitual para a posterior criação do programa Progestão.

Acerca da definição e dos tipos de outorgas de uso de recursos hídricos, julgue os itens a seguir.

- 47** A outorga preventiva confere a antecipação do direito de uso de recursos hídricos, reservando a vazão passível de outorga.
- 48** A Política Nacional de Recursos Hídricos instituiu a outorga como instrumento de comando e de controle para lidar com a alocação da água em bacias hidrográficas.
- 49** A declaração de reserva de disponibilidade hídrica (DRDH) não confere ao requerente o direito de uso dos recursos hídricos.

Considerando o regramento definido para a gestão de recursos hídricos, julgue os itens subsequentes.

- 50** Os conflitos pelo uso da água serão resolvidos pelo critério da data de protocolização do requerimento e, subsidiariamente, pelo critério do interesse público.
- 51** É possível a existência de duplo domínio na gestão hídrica em bacias hidrográficas onde todos os rios são de domínio estadual.
- 52** A análise de uso racional visa verificar se o manancial cuja outorga se pleiteia tem capacidade para atender à nova demanda.

Tendo em vista o regramento acerca da fiscalização de uso dos recursos hídricos, julgue os itens a seguir.

- 53** O embargo definitivo resulta na revogação da outorga e na obrigação de restituir os recursos hídricos ao seu estado original.
- 54** Constitui infração grave iniciar a implantação de empreendimentos relacionados com a derivação de recursos hídricos sem a devida outorga de direito de uso.
- 55** Os usuários de água são obrigados a realizar o automonitoramento do uso da água independentemente do montante da vazão outorgada.
- 56** A fiscalização de usos de recursos hídricos é o conjunto de ações, de caráter orientativo e corretivo, que busca garantir a conformidade do uso da água pelos usuários.
- 57** São instrumentos de fiscalização de uso dos recursos hídricos o protocolo de compromisso e os embargos provisórios.

Julgue os itens seguintes, referentes às práticas de governança regulatória da ANA.

- 58** Para a transparência e participação social, as entidades reguladoras infranacionais devem implementar o plano de transparência e divulgar os resultados da gestão semestralmente, bem como podem, facultativamente, disponibilizar a relação das taxas e dos preços públicos praticados.
- 59** O novo marco legal do saneamento básico reforça que estritamente os componentes relacionados ao abastecimento de água potável e ao esgotamento sanitário, em todos os municípios, devem ser regulados por uma entidade de natureza autárquica com atribuições formalizadas para o exercício de tal atividade.

Acerca dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, julgue os itens seguintes.

- 60** A outorga de direito de uso dos recursos hídricos é dispensável para o lançamento de efluentes provenientes de estações de tratamento de esgotos em corpos hídricos, desde que esses efluentes atendam aos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação ambiental.
- 61** No Brasil, soluções alternativas de esgotamento sanitário, como reatores anaeróbios, são empregadas predominantemente em sistemas individuais de tratamento, não sendo aplicáveis a soluções coletivas destinadas ao atendimento de comunidades ou pequenos núcleos populacionais.
- 62** Tratamentos preliminares e primários são considerados etapas preparatórias do processo de tratamento de esgotos, não sendo suficientes, isoladamente, para atender aos padrões de emissão de efluentes.
- 63** Águas meteóricas, como águas de chuva, neve e granizo, podem ser admitidas como fonte alternativa de abastecimento público, desde que submetidas a tratamento.
- 64** O processo convencional de tratamento de água inclui etapas cujo emprego pode variar conforme a qualidade da água bruta, podendo, em alguns casos, ser simplificado.
- 65** No Brasil, o monitoramento da qualidade da água destinada ao consumo humano constitui atribuição primária dos municípios, cabendo-lhes a execução das ações de vigilância sanitária, enquanto a participação da União e dos estados ocorre apenas de forma complementar e eventual.

A respeito da drenagem e do manejo de águas pluviais urbanas, julgue os subsecutivos.

- 66** Os planos específicos de drenagem e de manejo de águas pluviais devem ser elaborados conforme a especificidade de cada bacia urbana, buscando-se controlar os impactos hidrológicos dentro da sub-bacia e evitando-se a transferência desses impactos para jusante.
- 67** A ocupação desordenada dos espaços, seguida da impermeabilização do solo, resulta no aumento do escoamento superficial das águas pluviais, o que eleva a vazão de cheia e provoca inundações na drenagem urbana mais frequentes.
- 68** São exemplos de medidas estruturais de controle relacionadas à problemática das inundações ribeirinhas o zoneamento de inundação e a construção de reservatórios, barragens e diques.

Espaço livre

A respeito dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de sua regulação técnica conforme a legislação pertinente, julgue os itens subsequentes.

- 69** O manejo de resíduos sólidos corresponde a um conjunto de ações integradas que inclui etapas como coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação de resíduos e disposição final de rejeitos, cabendo à administração municipal acompanhar todo o ciclo dos resíduos, desde a geração até a disposição final, observando aspectos sanitários, ambientais e econômicos.
- 70** A arrecadação pela prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos pode ocorrer por meio de fatura específica, da cobrança conjunta com serviços de abastecimento de água ou com outros serviços públicos, ou, quando os métodos preferenciais não puderem ser implementados, por meio da fatura do IPTU.
- 71** A eficiência da etapa de coleta de resíduos sólidos depende, sobretudo, da disponibilidade de veículos adequados para o transporte e do tipo de sistema de coleta, sendo de menor importância fatores como a forma de acondicionamento dos resíduos pelas famílias e a regulamentação municipal sobre procedimentos de coleta.

Considerando a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), julgue os itens a seguir.

- 72** São exemplos de instrumentos da PNSB o sistema de classificação de barragens, o relatório de segurança de barragens e os guias de boas práticas em segurança de barragens.
- 73** A inspeção de segurança regular (ISR) é de responsabilidade do empreendedor, enquanto a inspeção de segurança especial (ISE) é de responsabilidade de uma equipe multidisciplinar de especialistas do órgão fiscalizador.
- 74** Barragens com altura de 18 m e capacidade total de 2.700.000 m³ não se enquadram na PNSB.

Com base nas diretrizes sobre segurança de barragens, julgue os itens subsequentes.

- 75** A classificação categoria de risco (CRI) é dividida em três grupos — alto, médio e baixo — em função de vários critérios, como método construtivo e idade do empreendimento.
- 76** A classificação das barragens quanto à categoria de risco (CRI) realizada pela ANA é baseada na matriz definida pela Resolução CNRH n.º 241/2024, enquanto a classificação quanto ao dano potencial associado (DPA) considera critérios estabelecidos em resolução específica da ANA que complementa a norma do CNRH.
- 77** O Decreto n.º 11.310/2022 estabelece que a coordenação das ações federais de segurança de barragens deve ser exercida por um único órgão fiscalizador federal, de modo a centralizar a tomada de decisões.

No que diz respeito à atuação da ANA no Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens (SNISB) e na fiscalização da segurança de barragens, julgue os itens a seguir.

- 78** O documento denominado revisão periódica de segurança de barragem (RPSB) das barragens da classe C deve ser revisado a cada dez anos.
- 79** A ANA é responsável por alimentar o SNISB, cabendo aos empreendedores encaminhar as informações exigidas pelo sistema sobre as barragens enquadradas na PNSB.
- 80** Entre as atribuições da ANA, está incluída a obrigação legal de elaborar anualmente o relatório de segurança de barragens, o qual deve ser encaminhado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).